DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 5906/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/3922/2018
PROTOCOLO	: 1897177
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE TACURU
JURISDICIONADO	: CARLOS ALBERTO PELEGRINI
TIPO DE PROCESSO	: LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 111/2017
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 46/2017
CONTRATADA	: SKM SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: FORNECIMENTO DE KITS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TACURU.
VALOR	: R$ 139.995,60
VIGÊNCIA	: 19/12/2017 A 18/3/2018

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS. REMESSA INTEMPESTIVA. EXECUÇÃO FINANCEIRA. DESPESA PROCESSADA. REGULARIDADE. MULTA.

1. RELATÓRIO

Tratam os autos do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 46/2017, - da formalização e execução financeira do Contrato Administrativo n. 111/2017, celebrado entre o Município de Tacuru/MS e a empresa SKM Suprimentos e Equipamentos Ltda-ME; para o fornecimento de kits escolares para os alunos da rede municipal de ensino de Tacuru; ao custo inicial de R$ 139.995,60 (cento e trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Por meio do relatório de análise à peça 19, f. 196-201, a equipe técnica especializada manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização e execução financeira contratual, ressalvando a intempestividade na remessa do Contrato a esta Corte de Contas.

Já o representante do Ministério Público de Contas exarou parecer à peça 28, f. 214-215 opinando pela regularidade com ressalva do procedimento licitatório, da formalização e execução financeira contratual, e pela aplicação de multa, tendo em vista a remessa intempestiva do contrato a este Tribunal.

É o relatório.

2. RAZÕES DE MÉRITO

O feito prescinde da realização de diligências complementares, estando, portanto, em ordem e pronto para julgamento. Dessa forma, obedecendo à ordem cronológica dos atos que concorreram para a contratação examinada, os aspectos relativos ao procedimento licitatório serão considerados em primeiro lugar.

2.1. Do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 46/2017

O certame – Pregão Presencial n. 46/2017 – desenvolveu-se em conformidade com as disposições legais que disciplinam a matéria, estabelecidas nos artigos 3º e 4º da lei n. 10.520/2002, uma vez que presentes os elementos necessários a sua formalização. Sob este aspecto o Ente licitante remeteu correta e tempestivamente todos os documentos indispensáveis à fiscalização deste Tribunal de Contas, todos com previsão constante na Resolução Normativa n. 76/2013, vigente à época.

Regular, portanto, sob esse aspecto.

2.2. Da formalização do Contrato Administrativo n. 111/2017

A contratação foi celebrada com a empresa vencedora do certame de acordo com os parâmetros descritos no instrumento convocatório. O termo que formalizou o ajuste celebrado contém todas as cláusulas obrigatórias previstas nos artigos 54 a 64 da Lei Nacional de Licitações e Contratos Públicos n. 8.666/1993, estabelecendo com clareza os direitos e obrigações das partes, assim como a dotação orçamentária pela qual correriam as despesas necessárias ao cumprimento da obrigação, condições e prazo de vigência da avença, *ressalvando* a intempestividade da remessa fora do prazo, o que deixa de atender ao Anexo VI, item 4, "A" da Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Isto porque, a data limite de remessa expirou em 26/2/2018, e os documentos somente foram encaminhados em 24/4/2018, extrapolando, portanto, em mais de 30 (trinta) dias o prazo de remessa de documentos.

2.3. Da Execução Financeira

A documentação que instrui o feito demonstra a regularidade dos atos praticados durante a execução financeira da contratação, conforme comprova o demonstrativo abaixo:

Valor do contrato	R$ 139.995,60
Total empenhado (NE)	R$ 139.995,60
Despesa liquidada (NF)	R$ 139.995,60
Pagamento efetuado (OB/OP)	R$ 139.995,60

Conclui-se, portanto, que a despesa foi corretamente processada. O valor contratado foi empenhado, liquidado e pago em conformidade com as disposições dos artigos 61, 63 e 64 da lei n. 4.320/64.

Instar salientar, que o contrato se encerrou, conforme Termo de Encerramento acostado à f. 193.

3. DA DOSIMETRIA DA MULTA

As multas aplicadas por remessa intempestiva de documentos à fiscalização deste Tribunal obedecem a critérios objetivos de dosimetria, uma vez que o descumprimento do prazo estabelecido em regulamento expedido por esta Corte de Contas enseja a aplicação de multa à Autoridade Ordenadora de Despesas, na razão de uma UFERMS para cada dia de atraso, até o limite de trinta, nos termos do que dispõe o art. 46, *caput*, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 e regulamentada pelo Provimento n. 02, da Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, em função da documentação referente à formalização do Contrato em tela ter sido encaminhada com mais de 30 (trinta) dias de atraso, a multa deverá ser aplicada no limite de **30 (trinta) UFERMS.**

4. DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, e **DECIDO:**

1 – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 46/2017, em conformidade com o disposto nos artigos 3º e 4º da lei n. 10.520/02;

2 – Pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da formalização do Contrato n. 111/2017, em conformidade com os artigos 55 e 61, parágrafo único da lei n. 8.666/93, *ressalvando a remessa dos documentos fora do prazo a esta Corte de Contas*;

3 – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Prefeito Municipal, Carlos Alberto Pelegrini, inscrito no CPF n. 558.631.241-72, em valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS**, prevista no art. 170, § 1º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela RNTC/MS n. 76/2013 c/c art. 46, da Lei Complementar n. 160/2012, *pela remessa intempestiva dos documentos atinentes ao contrato a este Tribunal de Contas*.

4 – Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias, a partir da data do recebimento da correspondência de ciência, para o pagamento da multa aplicada em favor do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas – FUNTC, nos termos do art. 83 da Lei Complementar n. 160/2012, comprovando o pagamento nos autos no mesmo prazo, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do art. 77, § 4º, da Constituição Estadual.

É a decisão.

Encaminhe-se ao Cartório para publicação e demais providências, nos termos previstos no art. 70, da RNTC/MS n. 76/2013.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2019.

(*Assinado digitalmente*)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

rsln